



SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AS METODOLOGIAS EM/DE SALA DE AULA

EDUCATIONAL SOCIOLINGUISTICS AND ITS CONTRIBUTION TO CLASSROOM METHODOLOGIES

Fabiana da Silva Lira (PPGL/UNEMAT)¹
fabiana_vaillant@hotmail.com

Cristiane Schmidt (UFMS/PPGL-UNEMAT)²
cristiane_schmidt@ufms.br

RESUMO: Propõe-se com o presente artigo promover uma discussão acerca da Sociolinguística educacional e sua contribuição para as metodologias em/de sala de aula de forma que sejamos conduzidos a uma reflexão sobre a relevância dessa contribuição nas metodologias em sala de aula. Para tanto o estudo da sociolinguística educacional será nosso foco. Sendo assim, utilizaremos autores que falam a respeito do assunto que nos permita refletir sobre essa contribuição.

PALAVRA CHAVE: Educação; Ensino; Sociolinguística Educacional.

ABSTRACT: It is proposed with this article to promote a discussion about educational sociolinguistics and its contribution to the methodologies in / in the classroom so that we are led to a reflection on the relevance of this contribution in the methodologies in the classroom. Therefore, the study of educational sociolinguistics will be our focus. Therefore, we will use authors who talk about the subject that allows us to reflect on this contribution.

KEYWORDS: Education; Teaching; Educational Sociolinguistics.

Introdução

Ao iniciarmos nossa carreira escolar sejamos (criança, adolescente ou adulto), já somos usuários competentes da língua materna, pois cada falante tem competência suficiente em sua língua materna para produzir sentenças bem formadas e comunicar-se com eficiência. Sendo assim, é na escola que ele começa a trabalhar e ampliar seus

¹ Mestranda em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Cáceres-MT/Brasil. Fabiana_vaillant@hotmail.com.

² Pós-doutora em Linguística pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS-2018). Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE-2016). Docente Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).



recursos comunicativos para poder atender as convenções sociais que vão definir os usos linguísticos adequados a cada gênero textual, visto que, os usos da língua são práticas sociais, sendo algumas mais especializadas que exigem vocabulários específicos. É a escola que vai ajudar os alunos a adquirir recursos que lhes permitem desempenhar com competência, práticas sociais especializadas (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75).

Nesse sentido, novas formas de práticas do ensino da língua têm sido elaboradas e difundidas com rapidez no campo teórico do estudo da Linguística, apontando as contradições no ensino da Língua Portuguesa e propondo discussões no intuito de auxiliar o professor a administrá-las na sua prática docente

1. Breve Histórico da Sociolinguística

Com a publicação do livro póstumo “Curso de Linguística Geral”, de Ferdinand Saussure (1857-1913), em 1916, a Linguística passa a ter um caráter de ciência autônoma. A obra trata de fatores exclusivamente internos a língua, sintaxe e fonologia, ou seja, é um sistema fechado que não permite analisar a língua em sua exterioridade, dessa forma, chamado de Estruturalismo³. Saussure inaugura a linguística moderna, delimitando e definindo seu objeto de estudo, estabelecendo seus princípios gerais e seu método de abordagem. Para Saussure, a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma.

Com base nisso, Antoine Meillet (1866-1936), desenvolveu sua pesquisa pensando a língua articulada com influências sociais, pois, havia a necessidade de iniciar uma nova escola de pensamento, em oposição às concepções sistêmicas e formalistas, esse novo processo passou a ser chamado no decorrer do tempo de Sociolinguística, esta

³Segundo Martelotta, (2010, p. 54) Saussure (1916) determina que a língua é um sistema e se propõe a analisar a estrutura da língua, ou seja, o modo como esse sistema se organiza. Por isso surgiu o termo ‘estruturalismo’. Saussure propõe que a língua constitui um sistema rígido por regras internas que obedecem à determinada orientação de funcionamento, ao mesmo tempo em que exclui as influências externas, uma vez que a língua deve ser estudada, segundo a referida concepção, enquanto sistema autônomo. Dentro do sistema, o valor de dado elemento é atribuído na oposição que ele mantém em relação às outras unidades, ou seja, com o sistema como um todo.



que era possível observar o funcionamento da língua considerando fatores externos que levam a variação e mudança linguística.

Antoine Meillet (1866-1936) enfatizava, em seus textos, o caráter social e evolutivo da língua, pois, enquanto Saussure opõe linguística interna e linguística externa, Meillet as associa, Saussure distingue abordagem sincrônica (estrutural) de abordagem diacrônica (histórica), e Meillet as une. Em suma, enquanto Saussure elabora um modelo abstrato da langue (sistema de signos), Meillet busca explicar a estrutura linguística por meio de fatores históricos e sociais.

Na década de 1960, nos Estados Unidos especificamente a partir de um seminário em Los Angeles, em que houve a participação de William Labov⁴, passamos a chamar os estudos que convergem a sociedade e a linguística de Sociolinguística. Sendo pressuposto básico da Sociolinguística, propor que a língua não é homogênea, mas sim heterogênea. Isto significa considerar que não podemos pensar na língua como unidade, mas sim como variedade.

A heterogeneidade trata-se de uma língua que apresenta diferenças em usos, dito de outra forma, diversificada. “Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas” (MOLLICA, 2003, p. 9). Por conseguinte, a variação linguística concerne em considerar a língua como heterogênea, sempre observando o conjunto de realizações funcionando na língua. Tendo como objeto a língua e sua relação com a sociedade, pois a Sociolinguística se ocupa em analisar a estrutura da língua levando sempre em consideração os fatores externos a ela.

O principal fundador foi William Labov (1969, 1972), ele se destacou a partir dos estudos envolvendo a fala dos negros americanos. Pois esse estudo apresentava uma metodologia própria para essa área de pesquisa. Considerado o pai da Teoria da Variação ao preocupar-se, inicialmente, com a motivação social da mudança sonora na ilha de Martha's Vineyard, no estado americano de Massachusetts na década de 1960. Para ele,

⁴O termo Sociolinguística surgiu em meados dos anos de 1960, em um congresso promovido na Universidade da Califórnia (Los Angeles). Nesse congresso, estavam presentes vários pesquisadores cujos estudos se voltavam para a relação entre linguagem e sociedade, como: John Gumperz, Dell Hymes, John Fisher e William Labov.



caso se correlacionasse o complexo padrão linguístico com diferenças na estrutura social, seria possível "isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico" (LABOV, 2008, p. 19).

Eis aí uma das possíveis explicações sobre o fato de que língua e sociedade são intimamente interligadas, valendo, a propósito, a seguinte afirmação do estudioso: "por vários anos, resisti ao termo sociolinguística, já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social" (LABOV, 2008, p. 13). Labov publicou seu célebre trabalho sobre o inglês falado nessa ilha relacionando fatores como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude ao comportamento linguístico dos nativos da ilha, no que se referia à pronúncia de determinados fones do inglês.

Os estudos com falantes da língua são primordiais para as investigações da Sociolinguística, pelo fato desses falantes estarem relacionados historicamente e culturalmente com determinada língua. Esse caráter interdisciplinar que proporciona ampliar os objetos de investigação, pois, essa característica valoriza os estudos voltados para a variação linguística.

2. A Sociolinguística e a Variação

De forma geral, o Estruturalismo trabalha o funcionamento da língua, separada de fatores externos, autônoma e valendo-se pelas relações de natureza essencialmente linguística que se estabelecem entre seus elementos; já, a Sociolinguística busca explicar a estrutura linguística por meio de fatores históricos e socioculturais, na exterioridade.

Dessa forma se ocupa em investigar a relação entre língua e sociedade, observando o estudo da evolução da linguagem dentro do contexto social da comunidade de fala, envolvendo ainda questões como a variação, mudança linguística, bilinguismo, contato linguístico, línguas minoritárias, política e planejamento linguístico, entre outras. Logo, ela se opõe à perspectiva homogênea da língua e a concebe como heterogênea. Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único



elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social.

Por ser uma das premissas de que toda língua está sujeita a variação, entende-se pelo fenômeno da variação linguística toda movimentação comum e natural de uma língua é uma atividade verbal de uma comunidade linguística, fundamentalmente determinados por diversos fatores, principalmente históricos e culturais. Não é apenas uma atividade coletiva, mas também uma atividade verbal do indivíduo, além do mais, toda e qualquer língua é passível de mudanças através da história, logo, podemos dizer que o estudo da variação linguística é algo complexo e muito extenso, de difícil delimitação para descrevê-la. A variação linguística corresponde ao processo pelo qual, diferentes formas da língua podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com o mesmo valor referencial, ou com o mesmo valor de verdade.

Para Dante Lucchesi em seu texto intitulado “*A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico*” (2012) a “Sociolinguística surge como uma resposta à incapacidade do formalismo linguístico em tratar da questão da mudança. Para construir o objeto de estudo da Linguística Moderna, Saussure retirou a língua do seu devir histórico. Definindo a análise estrutural como exclusivamente sincrônica, o modelo saussuriano tornou-se incapaz de lidar com a questão da mudança. Isso criou pontos críticos dentro do modelo estruturalista, que se manifestam nas seguintes assertivas (LUCCHESI, 2004):

- (i) A mudança não atinge o sistema linguístico.
- (ii) A mudança linguística não pode ser observada diretamente.
- (iii) A rigor, a língua não deveria mudar.
- (iv) A mudança/variação contraria o funcionamento da língua.

Supondo que a variação na atividade verbal das comunidades linguísticas, é extensa e ocorre por diversos fatores, o principal fator elementar, se dá pelo grau de contato entre os membros de uma comunidade. Isto é, quanto mais contato um grupo que faz uso da mesma língua tiver, maior será a semelhança entre os seus atos de fala. O fato



da convivência entre estes membros que faz uso da mesma língua que assegura a semelhança nos atos de fala, diferente daqueles habitantes que moram em outras regiões.

Se pararmos para observar a atividade linguística em funcionamento entre integrantes de uma comunidade, imaginamos que a variação se trata apenas de um fenômeno coletivo. Porém, ela também está presente na atividade verbal do indivíduo.

Segundo Beline (2014), em sentido amplo, a variação pode ser pensada a partir das diferentes línguas que existem no mundo e, afunilando o foco para a análise de apenas um país (o Brasil, por exemplo), a partir das diferenças existentes na língua que, apesar de comportar a diversidade linguística, não impede a comunicação entre os falantes. Ainda que essa variação seja detectada no léxico do idioma, o que importa é que existe a possibilidade de referência a um mesmo objeto, fruta, planta, etc., pela utilização de vocábulos diversos.

Quando se trata da variação linguística individual, tudo depende do estado atual do saber linguístico de cada indivíduo, o qual passa por um processo de transposição (fases) cada fase de sua vida pode tornar conhecedor de várias possibilidades comunicativas. Sendo assim, seu nível de variação depende de seu conhecimento linguístico, mas também entendemos que a atitude do indivíduo perante o seu instrumento de comunicação não é invariável, podendo em momentos refletir seu uso da língua e em outros momentos o ato de fala, sendo uma ação espontânea, em outros momentos o indivíduo tenta adequar ao máximo sua fala aos estilos refletido, ao passo que quando este em seus momentos de fala mais espontâneo deixam nos seus atos um estilo não-refletido (coloquial).

Estilos refletidos ou formais resultam do desejo que qualquer indivíduo manifesta em certos momentos de tornar o seu ato de fala o mais adequado possível às circunstâncias em que este se realiza; os produtos dos atos de fala mais espontâneos representam estilos não-refletidos ou coloquiais.

Quando falamos em variação linguística podemos citar duas vertentes de variações: Variedades Sincrônicas que se subdividem em três segmentos; Regionais



(Diatópicas), Socioculturais (Diastrática) e Estilísticas (diafásicas); e a outra é a Variedade Diacrônica.

A distinção entre as diversas variedades de uma língua não é facilmente estabelecida, pode-se dizer que seja pela grande variação que pode existir na atividade verbal de qualquer comunidade linguística. Tomamos como exemplo as variedades regionais, nesse tipo de variação existem diversos setores socioculturais em cada região, cada um dispõe de seu estilo de atividade verbal, uns mais formulados outros menos formulados que podem se manifestar nas duas modalidades, fala e escrita. Nem sempre os estilos coloquiais são encontrados na fala e o estilo mais formal encontrado na escrita, às vezes pode existir a inversão devido ao fato de serem tão próximos um do outro e pelo fato que a fala reflete na escrita.

É importante reconhecermos que a variação linguística permeia nossa sociedade, representando os traços de uma determinada comunidade, logo, compreender esse processo é fundamental para a competência comunicativa.

A língua portuguesa falada por qualquer comunidade de fala não pode ser considerada inferior às outras variedades, inclusive em comparação à norma-padrão. Cada variedade é instrumento identitário, logo, relacionasse a questões de quem detém poder político e econômico na sociedade (não quer dizer que uma forma de falar seja melhor que outra – apenas que um grupo detém maior poder socioeconômico e político que outro). Esses juízos de valor são ideologicamente motivados e geram preconceitos.

3. Variação e o Ambiente Escolar

No ambiente escolar existe uma diversidade cultural e linguística que exige do professor um posicionamento diante dos encaminhamentos metodológicos a serem trabalhados no ensino de Língua Portuguesa, para que as formas trabalhadas contemplem as variedades existentes na modalidade da fala e da escrita. Para não haver o posicionamento do professor somente para uma modalidade da língua.

Vejamos em Bortoni-Ricardo a noção de competência linguística:



[...] recomenda que a norma culta seja ensinada nas escolas, mas que, paralelamente, se preservem os saberes sociolinguísticos e os valores culturais que o aluno já tenha aprendido antes, no seu ambiente social. Resguarda-se, assim, o direito que o educando possui a preservação de sua identidade cultural específica, seja ela rural ou urbana, popular ou elitista. A aprendizagem da norma culta deve significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra, de acordo com as circunstâncias da situação de fala (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 26).

Ainda, Bortoni-Ricardo contribui para análise do nosso entendimento e diz que “Cada erro deve ser objeto de produtiva discussão entre professor e aluno. Ao discutir os erros com o aluno, este vai verbalizar o caminho do seu raciocínio na decisão de escrever de uma forma ou de outra” (Bortoni-Ricardo- (2004) s/n)⁵.

Querendo ou não os alunos sempre buscarão subsídios para sua escrita através da sua língua oral juntamente com os aprendizados da “norma padrão” para escrever. Porém, é importante ressaltar que “saber a ortografia não quer dizer que você sabe a língua, são tipos diferentes de conhecimento, a ortografia não faz parte da gramática da língua, isto é, das regras de funcionamento da língua” (BAGNO, 2007, p. 131).

É importante saber, como diz Bagno...

Nós, sim, professores, temos que conhecer profundamente o hardware da língua, a mecânica do idioma, porque nós somos os instrutores, os especialistas, os técnicos. Mas não os nossos alunos. Precisamos, portanto, redirecionar todos os nossos esforços, voltá-los para a descoberta de novas maneiras que nos permitam fazer de nossos alunos bons motoristas da língua, bons usuários de seus programas (BAGNO, 2007, p.120).

Diante desse cenário, percebe-se que a Língua Portuguesa deve ser ensinada por meio de uma reflexão linguística, orientando o aluno acerca as variedades existentes da língua e do funcionamento da língua.

⁵A **linguística na escola**. In: Cuiabá, Anais da 56ª Reunião Anual da SBPC - Cuiabá, MT - Julho/2004.



Faraco, em parceria com Zilles, na obra intitulada *Pedagogia da variação linguística: Língua, diversidade e ensino* (2015) reflete sobre a construção e o ensino de uma norma culta nacional que leve em conta a história e a complexa realidade sociolinguística do português brasileiro (PB). Suas propostas apontam para um efetivo debate nacional em torno dos temas da discriminação linguística e da violência simbólica, uma crítica sistemática de nosso "pântano normativo" (p. 28) e a construção de guias normativos nossos, parâmetros autênticos para quem escreve, quem ensina e quem aprende.

Bortoni-Ricardo (2008) menciona que o professor deva estar atento as suas práticas sempre buscando superar suas deficiências e criando novas estratégias.

O professor pesquisador não se vê apenas como um usuário de conhecimentos produzido por outros pesquisadores, mas se propõe também a produzir conhecimentos sobre seus problemas profissionais, de forma a melhorar sua prática. O que distingue um professor pesquisador dos demais professores é seu compromisso de refletir sobre a própria prática, buscando reforçar e desenvolver aspectos positivos e superar as próprias deficiências. Para isso ele se mantém aberto a novas ideias e estratégias (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 46).

Portanto, é importante ressaltar que quando se trata da Língua Portuguesa, o método de ensino se dá por meios coercitivos, levando, muitas vezes, os alunos se sentirem humilhados internalizando um pensamento de que não sabem falar e escrever a sua língua materna. Diante disso Bortoni-Ricardo reitera que “uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças” (BORTONI-RICARDO, 2004, p.38).



4. Sociolinguística Educacional e a sala de aula

Observando essas discussões, busca-se desenvolver uma pedagogia fundamentada no processo de educação sociolinguística, tendo como foco refletir a respeito da heterogeneidade linguística. Bortoni-Ricardo (2005) denomina essa pedagogia como “Sociolinguística Educacional” descrevendo-a como todas as propostas e pesquisas sociolinguísticas que tenham por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do processo educacional, principalmente na área do ensino de língua materna.

Inicialmente surgiram inúmeras críticas internas e externas a respeito desse tipo de ensino através da Sociolinguística Educacional. Bortoni-Ricardo (2005), em contrapartida, alega estar convencida que esse tipo de ensino tem papel específico a desempenhar no esforço coletivo das Ciências Humanas pelo aperfeiçoamento do processo educacional. Porém a pesquisadora destaca que a Sociolinguística Educacional implica tomar caminhos diferentes dos que geralmente estão se seguindo no contexto escolar, e então nos deixa seis princípios, para reflexão, a saber:

Primeiro princípio, refere-se à influência da escola na aquisição da língua não deve ser procurada no dialeto vernáculo dos falantes em seu estilo mais coloquial, e sim em seus estilos formais, monitorados.

Segundo princípio, tem relação com o caráter sócio simbólico das regras variáveis, se uma regra não está associada a avaliação negativa dentro da sociedade, então não são objetos de correção na escola.

Terceiro princípio, tem-se referência com a inserção da variação sociolinguística na matriz social.

Quarto princípio, nesse princípio os estilos monitorados da língua são reservados, a realização de eventos de letramento em sala de aula, ao invés da dicotomia “certo” e “errado” tem-se a dicotomia de oralidade e escrita.

Quinto princípio, a variação na sociolinguística educacional não pode ser separada da análise etnográfica e interpretativa do uso da variação em sala de aula, a



sociolinguística educacional não se baseia apenas na descrição da variação, mas sim na análise minuciosa do processo interacional.

Sexto e último princípio, traz a conscientização crítica de professores e alunos em relação a variação e a desigualdade social, nesse princípio é necessário que a linguística não se limite a transmissão de informações técnicas, produtos de pesquisas acadêmicas, é necessário estabelecer diálogos com professores por meio de pesquisas, que o torne apto a promover um alto reflexão.

Tendo em vista a análise dos seis princípios a autora deixa claro que a Sociolinguística Educacional não se limita na variação e divulgação dos resultados obtidos, não basta apenas escrever uma gramática variacionista e entregar ao professor, apenas estaríamos fazendo a substituição de uma gramática pela outra. Nesse sentido, Bortoni-Ricardo infere que

[...] o que é preciso, de fato, é contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia sensível as diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos e isto requer uma mudança de postura da escola - de professores e alunos – e da sociedade em geral. Para tal mudança de postura, todavia, a descrição das regras variáveis é uma etapa preliminar e importante (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 130).

Em meio a todos esses conceitos ditos anteriormente em relação a Língua Portuguesa, notamos a grande contribuição da Sociolinguística educacional para o ensino de Língua Portuguesa na sala de aula.

Para Marcuschi, (2010). A língua seja falada seja escrita reflete a organização social, pois, as duas mantêm relações com as representações e as formações sociais. Nos dias atuais, não é mais possível observar as semelhanças e diferenças entre fala e escrita, sem que observemos os usos dessas na vida cotidiana. A princípio oralidade e letramento eram analisados de forma separada, porém, hoje em dia podemos observar oralidade e letramento como atividades interativas e complementares nas práticas sociais e culturais.

Ainda segundo Marcuschi.



Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante (MARCUSHI, 2010, p. 17).

Para o autor, oralidade e escrita tem características individuais, porém não se opõem ao passo de existir uma dicotomia entre elas, as duas permitem a construção de textos coesos e coerentes, sendo assim é a partir dessa relação existente entre oralidade e escrita, que os professores estudam as marcas de oralidade presentes nos textos escritos, pois a relação entre essas duas categorias são tão parecidas que acabam passando de um para o outro, principalmente da oralidade para a escrita, e então cabe ao professor saber o tratamento que deve ser dado para cada marca encontrada no texto escrito no contexto escolar.

As teorias da Sociolinguística Educacional se ocupam das relações entre a língua e a sociedade, tais como a variação e mudança linguística, bilinguismo, contato linguístico, línguas minoritárias, política, planejamento linguístico, e suas implicações no processo de ensino aprendizagem, entre outras.

No entendimento de Coelho,

Não existe uma comunidade de fala homogênea, nem um falante-ouvinte ideal. Pelo contrário, a existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala é um fato comprovado. Existe variação inerente à comunidade de fala – não há dois falantes que se expressam do mesmo modo, nem mesmo um falante que se expresse da mesma maneira em diferentes situações de comunicação (COELHO, I. L. [et al.] 2012, p. 22).

Tendo em vista que a fala e a escrita são habilidades distintas, não podemos ignorar suas semelhanças como afirma Marcuschi (2010). Para esse autor ainda “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum tipológico* das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos” (MARCUSCHI, 2010, p.37).



Segundo Bortoni-Ricardo (2005), a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas, o professor deve mostrar aos alunos que existem duas maneiras de dizer a mesma coisa, e cada uma tem propósitos comunicativos distintos, todos os alunos têm direito de aprender as variantes, não se pode negar esse conhecimento.

Sendo assim, o professor deve buscar novas metodologias para trabalhar marcas de oralidade de diferentes formas, com os alunos para que esses consigam saber diferenciar as marcas de oralidades, de uma linguagem mais formal.

Ainda, segundo Bortoni-Ricardo (2005).

No Brasil, ainda não se conferiu a devida atenção à influência da diversidade linguística no processo educacional. A Ciência Linguística vem, timidamente, apontando estratégias que visam a aumentar a produtividade da educação e a preservar os direitos do educando. Essa contribuição será tanto mais efetiva se fundamentada na convicção de que a situação sociolinguística brasileira apresenta peculiaridades que a distinguem da de outros países. As atividades científicas na área não se podem restringir, portanto, a uma simples importação. É indispensável o desenvolvimento de um aparato teórico-metodológico adequado à realidade nacional (BORTONI-RICARDO, 2005, p.19).

No recorte acima, notamos uma preocupação eminente por parte da autora ao se referenciar a não valorização da diversidade linguística no processo educacional.

Considerações finais

Retomamos a fala de um grande autor brasileiro. O gramático brasileiro Evanildo Bechara em uma entrevista ao site IG no ano de 2011 explica que o aluno não vai para a escola aprender a língua coloquial, a que nós chamamos de língua familiar, a língua do contexto doméstico, porque esta ele já sabe, e que o papel da educação é justamente tirar a pessoa do ambiente em que vive estagnado para alcançar uma situação melhor na sociedade.

Devemos prioritariamente admitir que as variedades linguísticas existem e que grande parte das regras da Gramática Normativa estão asseguradas em formulações



relativamente antigas e/ou arcaicas, mas que ainda assim é necessário ensinar a língua formal (variedade padrão) nas escolas, atendendo a expectativa da educação formal e possibilitando ao aluno avançar social e profissionalmente.

Diante desse cenário, percebe-se que a Língua Portuguesa deve ser ensinada por meio de uma reflexão linguística, orientando o aluno acerca as variedades existentes da língua e do funcionamento da língua, sendo assim a Sociolinguística Educacional é de grande valia nesse processo de formação.

Referências

- ALKMIM, Tânia Maria. **Sociolinguística**. Parte I. IN: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.1, 6ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.21-47.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz**. 49ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes & LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**, 14. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990
- BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística - Objetos teóricos**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **A linguística na escola**. In: Cuiabá, 2004. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/56ra/banco_conf_simp/textos/StellaRicardo.htm>. Acesso em 24 de Out. 2019.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. Parábola editorial: São Paulo, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.
- CALVET, Louis Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2002.
- CALVET, Louis Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002
- COELHO, IzeteLehmkuhl, [et al.]. **Sociolinguística**. Florianópolis LLV/CCE/UFSC, 2012.



GERALDI, J. Wanderley. **O texto na sala de aula: leitura & produção.** 2ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, Dante. **A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico.** *Revista ESTUDOS LINGUÍSTICOS*, São Paulo, 41, p. 793-805, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTELOTTA, M. E. da. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo da (Org.). **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2010, p. 43-70.

MOLLICA, Maria Cecília. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Elisa. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa.** In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística.** São Paulo, Ática. 1990.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino.** São Paulo: Parábola, 2015.

Recebido em: 13/02/2021 | Aprovado em: 21/04/2021.
